UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUANA IRIS BARBOSA RODRIGUES

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os desafios de efetivar direitos em um país marcado por um golpe político

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2018

LUANA IRIS BARBOSA RODRIGUES

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os desafios de efetivar direitos em um país marcado por um golpe político

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, sob orientação da Profª MSc. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2018

LUANA IRIS BARBOSA RODRIGUES

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os desafios de efetivar direitos em um país marcado por um golpe político

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora, em cumprimento às exigências para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, sob orientação da Profª MSc. Márcia de Sousa Figueiredo Teotonio.

Apresentado em:___/___/____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profª Márcia Figueiredo Teotônio
Orientadora

_____

Profª Jacsa Vieira de Caldas
1º Examinador

_____

Profª Sheyla Alves Dias
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2018

Dedico este trabalho a classe trabalhadora que através da sua inconstante luta fez surgir diversos direitos sociais. Dedico também a minha família, amigos, professores, e a Deus, sem ele nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, pelas capacidades físicas mentais e por todas as coisas boas que a mim proporcionou; À minha família, em especial aos meus pais, irmãs e irmão pelo incentivo e apoio que me deram; Aos meus amigos/as, que direta ou indiretamente me ajudaram, agradeço imensamente; Agradeço a instituição pela ótima formação que oferta, aos professores e demais funcionários que trabalham diariamente para a melhoria dos serviços prestados aos discentes;

Agradeço em especial a minha Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso Márcia Figueiredo Teotônio pelos ensinamentos e pela paciência, muito obrigada! Agradeço também as minhas supervisoras de estágio Jacsa Vieira de Caldas e Cecília Bezerra Leite que contribuíram para a construção deste trabalho e para a minha formação acadêmica, obrigada por tudo!

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social é fruto da observação feita no Estágio em Serviço Social realizado no Núcleo de Apoio do Serviço Social (NASS) da Universidade Leão Sampaio (UNILEÃO) que atende diariamente um alto número de pessoas que tem seus direitos negados nos espaços públicos. Este trabalho foi construído a partir da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. O ponto de partida deste trabalho é observação acerca dos diversos cortes sociais que sucederam o processo de impeachment em 2016. O trabalho discute a redemocratização do Brasil após o Golpe Militar de 1964, a contextualização do processo de construção das Políticas Sociais e o Estado Democrático de Direito Social dos dias atuais. Através dos Autores e da análise da redução dos investimentos realizados na área Social este trabalha busca realizar uma discussão em torno da importância da democracia para o funcionamento da sociedade e os impactos sociais causados pelo processo de impeachment de 2016.

Palavras-Chave: Impeachment.democracia.políticas sociais.cortes sociais.

ABSTRACT

This work of Conclusion of Graduation Course in Social Work is done by the School of Social Work carried out in the Nucleus of Support to Social Service (NASS) of Universidade Leão Sampaio (UNILEÃO) that attends a high number of people at the same time. rights denied in the extras. This work was constructed and published in bibliographical form. The work of farewell in years of remand began to play an important role in the 2016 process. The paper discusses the redemocratization of Brazil after the 1964 Military Coup, a contextualization of the process of construction of Social Policies and the Democratic State of Law . Social of the present day. Through the research and analysis of the investments made in the social area, there is a great demand for the 2016 impeachment process.

Keywords: Impeachment.democracy.social politics.social courts.

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF - Constituição Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDP - Instituto Brasiliense de Direito

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PL - Projeto de Lei

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional da Educação

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SUS - Sistema Único de Saúde

UNEI - União Negra Ituana

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Intenção de voto para Presidente.....46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I: FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E OS REBATIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL 14

1.1 DO NAVIO NEGREIRO À ABOLIÇÃO: UM PERCURSO SÓCIO HISTÓRICO MARCADO POR PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES 14

1.2 COLONIZAÇÃO BRASILEIRA: O CERNE DOS PROBLEMAS ATUAIS 18

CAPÍTULO II: OS REBATIMENTOS DO NEOLIBERALISMO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA 21

2.1 EFEITOS DA ONDA NEOLIBERAL PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS 21

2.2 A FALTA DE CONTROLE SOCIAL NA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS 27

2.3 A INEFICIÊNCIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS NA TENTATIVA DE SUPERAR A QUESTÃO SOCIAL 32

CAPÍTULO III: IMPEACHMENT: IMPACTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MAIS DESIGUAL E MAIS EXCLUDENTE 35

3.1 METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA 35

3.2 ANÁLISE DE DADOS 36

CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS 50

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de analisar o processo de redemocratização do Brasil e a construção das políticas sociais de forma que fique compreensível a relação entre democracia e efetivação de direitos, esta temática surgiu através da inquietação acerca dos diversos cortes nas políticas sociais que sucederam o processo de impeachment em 2016.

Por debater um assunto que é pertinente para toda a sociedade este trabalho mostra-se necessário uma vez que traz elementos importantes acerca do processo de construção da atual conjuntura Brasileira. A sua produção deu-se a partir da pesquisa qualitativa e bibliográfica com o propósito de conhecer e discutir o assunto.

O Neoliberalismo é uma doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos na primeira metade do século XX voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado.

Esta doutrina prega a ação mínima do estado frente as problemáticas sociais, por esta razão é que são geridas políticas públicas que não superam, mas, apenas atenuam as expressões da questão social, ou seja, o neoliberalismo prega a negação de direitos sociais. Deste modo, pode-se afirmar quer não é possível que uma sociedade neoliberal seja democrática pois este modelo econômico causa uma enorme exclusão social uma vez que à medida que se propaga reduz a ação do estado no campo social.

Falar sobre democracia é algo necessário para compreendermos a sociedade em que vivemos, porém, não é fácil quando se trata de um pais que recentemente teve o dissabor de ser palco de um golpe político e que é dirigido por parlamentares que não prezam pelo bem-estar dos cidadãos, mas, que colocam seus interesses pessoais acima de tudo.

O Brasil vivencia hoje um momento crítico da sua história, os direitos sociais são negados e a classe política é composta por uma maioria que não representa os interesses do povo, mas, de uma minoria polarizada.

Diariamente assistimos a escândalos que evidenciam que a nossa sociedade não possui um governo do povo, mas, um governo a serviço do grande capital que a cada nova medida nega direitos construídos historicamente e favorece tão somente a classe empresarial. A democracia contribui para o desenvolvimento da nação e a sua falta reflete negativamente em aspectos sociais, econômicos e políticos, fatos evidenciados na história do Brasil.

A palavra democracia é derivada do grego, *δημοκρατία* (*dēmokratía* ou "governo do povo"), para fazer jus a sua nomenclatura ela deve acontecer de maneira que o povo tenha soberania não apenas no momento de eleger um representante, mas também na cobrança de melhorias para o país.

É ideal que tenhamos a compreensão de que a democracia deve garantir a proteção dos direitos humanos fundamentais como a liberdade de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade, não podemos reduzir a democracia apenas ao ato de votar, então, podemos afirmar que a democracia é um fato essencial para a promoção dos diretos.

No Brasil não são raros os episódios de negação de direitos, de corrupção e negligência, até mesmo os direitos básicos deixam de ser efetivados, o nosso país ainda é permeado de posturas antidemocráticas e a nossa conjuntura deixa isso explícito através de uma série de cortes nas políticas sociais que punem tão somente a população pobre.

Para o Serviço Social esta discussão é importante uma vez que o mesmo está inserido na divisão social do trabalho e precisa efetivar direitos mesmo que a conjuntura não favoreça, deste modo, é necessário que o profissional compreenda os desafios que a atual conjuntura coloca para a profissão. Essa temática fomenta uma discussão que possibilita o entendimento do processo de construção da democracia brasileira, a análise das políticas sociais e o entendimento do atual contexto do nosso país, ademais, pode indicar também possibilidades de melhoria.

CAPÍTULO I: FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E OS REBATIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

1.1 DO NAVIO NEGREIRO À ABOLIÇÃO: UM PERCURSO SÓCIO HISTÓRICO MARCADO POR PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES

Durante sua construção a economia brasileira teve diferentes ciclos econômicos, dos quais pode-se apontar o cultivo do Pau-Brasil, da cana de açúcar, a extração do ouro, o cultivo do algodão, do café e a extração da borracha. Todos esses ciclos surgiram a partir da expansão comercial do continente europeu que colonizou o Brasil mediante a exploração da força de trabalho dos nativos e isto é um dos fatores que explicam os níveis exorbitantes de desigualdade social que o Brasil possui nos dias atuais.

> Uma profunda modificação se inicia nas vidas das populações nativas, através do posicionamento invasivo e intransigente dos Europeus. É sabido que as terras hoje brasileiras não despertaram grandes interesses de início para os europeus, em decorrência da motivação principal das suas investidas oceânicas – o alcance do oriente. Porém, com o passar do tempo outros atrativos se apresentaram, como, por exemplo, a possibilidade da descoberta de metais preciosos e a vantagem comercial proveniente da produção de gêneros alimentícios apreciados na Europa e facilmente produzíveis em regiões de clima tropical, como a cana de açúcar e o tabaco (PRADO, 1945, p. 20).

A Europa tinha muito interesse em alargar seus acordos comerciais e queria expandir as atividades mercantis para o oriente, isso se daria através da construção de rotas comerciais por meio dos oceanos visto que a navegação era o meio mais tecnológico da época.

> E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direto à terra, indo os navios pequenos adiante por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras, em frente da boca de um rio (SIMÕES, 1999, p.115).

A descoberta do território brasileiro deu-se graças a revolução dos meios de transporte marítimos que possibilitaram que o Homem conhecesse o que havia além dos oceanos e os portugueses foram pioneiros nessa conquista. Com isto, na tarde do dia 22 de abril de 1500 o português Pedro Álvares Cabral desembarcou no litoral sul da Bahia onde atualmente está localizada a cidade de Porto Seguro- BA.

> A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO, 1984, p. 23).

A colonização portuguesa tinha como principais objetivos a expansão comercial e a busca de produtos para comercializar na Europa, ou seja, não aconteceu no intuito de povoar as terras brasileiras, deu-se com o objetivo de enriquecer a coroa portuguesa através da exploração da força de trabalho e da extração das riquezas naturais que o Brasil possuía naquela época, a família real enxergava as colônias como fontes de lucro para a nobreza.

O modelo econômico que a metrópole mantinha com a colônia brasileira não dava possibilidades de acumulação de capital e tão pouco de desenvolvimento econômico ou social, não foi possível desenvolver um mercado interno pois tudo que era produzido pela colônia era apropriado pela coroa, a produção se dava para atender totalmente ao mercado externo.

> Foi na realidade, a desigualdade de força entre os colonizadores e os primitivos ocupantes do território que tornou as terras do Novo Mundo disponíveis para a sua ocupação econômica sob a égide do capitalismo mercantil. A moderna colonização europeia criou, neste sentido, a disponibilidade de terras para o capital mercantil, mesmo quando para isso fosse necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nelas (SILVA, 1990, p. 22).

A chegada dos portugueses trouxe a submissão dos nativos e o extermínio da cultura dos mesmos pois não havia no território brasileiro a lógica mercantil, os nativos trabalhavam apenas para suprir suas necessidades, não havia a ideia de acumulação. Os índios foram enganados, explorados, escravizados e abdicaram sua cultura e sua religião para aderir aos modos e costumes europeus, apesar das tentativas de resistência os indígenas não tiveram êxito uma vez que utilizavam armas "artesanais" enquanto os portugueses possuíam armas de fogo, assim, houve de certa forma um massacre dos povos que aqui viviam.

> Em troca de algumas "quinquilharias" os portugueses atraiam os índios, o sistema de trocas funcionava bem: o pau-brasil e os alimentos desejados eram conseguidos". Até o momento em que os índios não quiseram e deixaram de se interessarem pelos produtos europeus, então, o "escambo" acabou. Então, iniciou-se a escravidão indígena que não se trata de um ou outro caso, mas de algo "regulamentado pela coroa portuguesa e que atingiu caráter amplo no espaço e no tempo" (PINSKY, 1993. p.17).

O escambo é troca de mercadorias ou serviços onde não se utiliza nenhuma moeda, essa foi a primeira "relação de trabalho" que houve entre os colonizadores e os nativos. Os portugueses ofereciam objetos de baixo valor como espelhos, apitos e facas em troca do trabalho dos índios que era cortar e transportar o pau-brasil.

Após o início do cultivo da cana de açúcar houve a instalação dos engenhos que precisavam de mais mão de obra para funcionar, porém, o escambo não era mais suficiente

para atrair trabalhadores a partir disto teve início uma perseguição aos índios, os senhores de engenho invadiam as tribos e capturavam os nativos e os obrigava a trabalhar. Contudo, a escravização dos índios não foi suficiente para dar conta da produção da colônia devido a fatores de ordem cultural, biológica e social, ademais, havia uma certa proteção da igreja católica em relação aos mesmos, pois esta tinha o objetivo de catequiza-los.

Desta forma, Portugal passou a investir em escravos negros vindo da África, a coroa tinha o apoio da igreja católica e podia obter lucro com a venda dos escravos negros. Os negros eram adquiridos através de acordos comerciais feitos com as próprias tribos africanas que vendia negros capturados em guerras, então, o Brasil iniciou a captura, transporte, venda e exploração sistemática de vários povos do continente africano

> O tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravos. Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas. (NINA, 2010, p. 63)

No momento em que chegavam os escravos eram separados de seus amigos e familiares e chegavam a trabalhar até dezoito horas por dia e suas condições de vida eram as mais precárias que se possa imaginar, além disso, não possuíam nenhum tipo de assistência. Essa marcante presença da escravidão na construção da história brasileira reflete ainda hoje sequelas em diversos aspectos da vida social.

No século XIX a Inglaterra estava em seu processo de industrialização e necessitava de um mercado de consumidores, a partir desse momento o Brasil passa a ser pressionado pelos ingleses para pôr fim a escravidão, isso se daria como forma de "pagamento" pelo apoio que Dom João VI recebeu quando estava fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. O fim do tráfico de negros e da escravidão iria mover os investimentos para outras áreas trazendo novos consumidores para o mercado.

Em 1831 foi criada uma lei que tornava livre todos os escravos que desembarcavam no brasil, mas, na prática isso nunca se concretizou, a lei ficou conhecida como "lei pra inglês ver" porque o único intuito era responder a pressão posta pela Inglaterra.

> A demolição do sistema escravocrata brasileiro apesar de se estender com seus autos e baixos começa a se concretizar com a promulgação da Lei do Ventre livre em 1871 que normatiza o sistema de trabalho escravo. A partir desse momento o governo brasileiro e os empresários começam a pensar em uma alternativa para substituição da mão de obra escrava negra pela mão de obra de europeus. (NINA, 2010, p. 69)

A lei do ventre livre que também é denominada Lei Rio Branco considerava livres todos os filhos de escravos que nascessem a partir daquele momento (1871), haviam duas possibilidades para as crianças livres, eles seriam entregues ao governo ou ficaram com seus pais até os 21 anos de idade, no entanto, a maioria ficava com os pais assim os senhores de engenho podiam utilizar sua força de trabalho até que eles completassem os 21 anos.

Esta Lei possibilitou uma transição lenta e gradual do sistema de trabalho escravo para o trabalho livre. Somente em 1888 a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel proibia de maneira totalitária e definitiva a escravidão no Brasil que foi o último país independente a pôr fim ao sistema escravocrata.

Além da pressão inglesa a resistência dos escravos também contribuiu muito para a aprovação da Lei Áurea, apesar de estarem em lugares que não possuíam conhecimento territorial as fugas eram constantes os negros formavam quilombos para se esconder, sendo o Quilombo dos Palmares um dos mais conhecidos. Apesar disso a Lei Áurea não significou o fim da escravidão no Brasil, muitos trabalhadores continuaram confinados em fazendas trabalhando nas mesmas condições degradantes que sempre estiveram.

Fátima do Carmo Silva Santos, secretária da União Negra Ituana (UNEI), observa que, assim é que, desacompanhada de reformas estruturais, a Lei Áurea resultou em uma ‘demissão’ em massa do povo negro, já que eles não tinham emprego, educação ou qualquer condição de conseguir um trabalho que não fosse os oferecidos pelos seus senhores em troca de um teto (SANTOS, 2012).

O “fim” da escravidão legal no Brasil não trouxe políticas públicas para assistência e inclusão social dos trabalhadores, é notável também que não ocorreram mudanças estruturais para acolhimento dos mesmos eles tornaram-se livres, mas não tinham para onde ir nem do que viver e por isso muitos continuaram morando e trabalhando nas fazendas, os demais migraram para os grandes centros urbanos em busca de trabalho.

A partir disso houve o início do processo de marginalização do proletariado uma vez que os empregos oferecidos eram precários e análogos a escravidão. “Em São Paulo o negro livre não teve como ingressar no trabalho industrial de tipo capitalista não só por causa do despreparo como também porque o imigrante se adonou do mercado de trabalho” (LOPEZ, 1994, p. 13). Os escravos da modernidade são herdeiros dessa abolição que não deu suporte para que os negros tivessem uma inserção igualitária na sociedade brasileira.

O negro teve que sondar meios para conseguir sua inserção no meio social e já é perceptível o processo de marginalização dessa classe subalterna, a exemplo disso tem-se o

processo de favelização que começa à medida que os negros passam a morar em localidades periféricas sem saneamento básico e sem nenhum tipo de assistência por parte do Estado.

1.2 COLONIZAÇÃO BRASILEIRA: O CERNE DOS PROBLEMAS ATUAIS

Essa formação da sociedade brasileira à base da exploração e exclusão social de uma classe fomenta as diversas manifestações da Questão Social e origina problemáticas que exigem do estado respostas concretas que visem a sua superação. No final do século XIX começou o desenvolvimento industrial do Brasil e muitos cafeicultores passaram a investir parte dos lucros obtidos com a exportação do café em fábricas de tecido, calçados e outros produtos de fabricação mais simples.

A industrialização chegou de forma mais tardia ao Brasil por conta que a metrópole na época do Brasil colônia (1500 - 1822) proibia o estabelecimento de fábricas no território brasileiro para que os brasileiros consumissem os produtos manufaturados dos portugueses.

Foi um processo lento, somente no governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) a industrialização tomou impulso. O Brasil tinha um enorme exército industrial de reserva formado pelas classes subalternas e pelos imigrantes europeus que aqui chegavam em busca de uma vida melhor.

> Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não têm caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas condições só geram a riqueza burguesa, isto é a riqueza da classe burguesa, com a destruição continuada de membros que integram essa classe e com a formação de um proletariado cada vez maior.(MARX, 2001, p.749).

Deste modo, à medida que o modelo de produção capitalista se desenvolve ele produz e reproduz o pauperismo. A gênese da Questão Social está intrinsecamente ligada ao formato da grande indústria, ou seja, ela surge a partir do momento em que o capitalismo começa a operar perante o sistema financeiro.

A Questão Social não se reduz a desigualdade social, Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Assim ela surge do confronto entre capital e trabalho e se manifesta em diversos aspectos do cotidiano.

As políticas públicas de proteção social têm sua origem na luta fomentada pela classe trabalhadora, pode-se afirmar que a Seguridade Social Brasileira que contempla a Assistência Social é um fruto das lutas organizadas pelo proletariado para que o estado e classe empresarial reconhecessem seus direitos, esse processo teve início de modo preciso na década de 1930 onde através de manifestações e greves os operários passaram a exigir melhores salários e condições de trabalho.

Não existe nenhuma sociedade que não tenha desenvolvido um sistema de proteção social para amparar seus componentes, deixando-os à margem da própria sorte, mas no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX não existia ação estatal que assistisse as classes baixas, com isto, a classe operária através de mobilizações sociais passou a reivindicar seus direitos após o BOOM do capitalismo industrial que para ter êxito precisa acumular capital e no intuito de garantir tal acumulação explorava e ainda explora ao máximo o operariado. Os sistemas de proteção social advêm de:

> Certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (GIOVANNI, 1998, p. 10).

No Brasil, tal sistema de proteção veio com algumas particularidades, foi um sistema pensado para atenuar os conflitos socais sem nenhuma perspectiva efetiva de amparo aos cidadãos, foram idealizadas ações baseadas na benemerência, no clientelismo, essas ações caritativas surgiram amparadas em práticas religiosas apoiando-se em um discurso extremamente moralizante que culpava o indivíduo por sua condição social e naturalizava os níveis de pauperização justificando que era a vontade divina.

As intervenções realizadas aconteciam tomando forma de ações paternalistas e caritativas sem qualquer viés político ou institucional eram ações alicerçadas em benevolência, além do mais, o cidadão era visto como um miserável favorecido através de tais ações e não como um indivíduo portador de direitos.

É justamente a Questão Social que faz tornar-se explícita a necessidade do surgimento de políticas Sociais voltadas para a população pobre uma vez que as mazelas ocasionadas pelo advento do capitalismo é que exigem do estado uma intervenção, pois este sistema usa com suporte a exploração e a apropriação da riqueza socialmente produzida.

Deste modo, capitalismo e Questão Social é uma relação de causa e consequência, não é possível que o capitalismo prevaleça sem que com isso uma parcela da sociedade empobreça, não é por acaso que a proteção social é sempre alvo de investidas do capitalismo que procura adequá-la aos seus interesses.

Na década de 1980 os movimentos sociais emergiram reivindicando direitos não apenas trabalhistas, mas de toda diversidade, Rizotti (1998) referenciando-se em Cardoso (1994) aponta que os movimentos sociais contribuíram para a conformação dos novos arranjos das políticas sociais brasileiras, fazendo sua inserção tanto na gestão quanto no controle social.

Nesta década a sociedade civil passou a ter mais participação em discussões a respeito das políticas sociais, pressionando o estado a promover o atendimento as demandas dos diversos segmentos que formavam grupos de ação coletiva para exprimir suas reivindicações.

Os movimentos sociais não centravam apenas o campo das reivindicações acerca de condições de trabalho, mas de outros segmentos também, como movimentos religiosos, movimentos em defesa dos negros, mulheres, índios, dos trabalhadores sem-terra dentre outros. Consequentemente, a federação promulga uma nova constituição, mais precisamente em 1988. Com a CF/88 ampliaram-se a cidadania e também os direitos civis e sociais.

Os direitos sociais são direitos que fazem parte da rotina do indivíduo e constituem as relações sociais, assim é necessário que haja mecanismos que de fato garantam aos brasileiros o exercício desses direitos fundamentais para que cada indivíduo possa viver de forma digna. Os direitos sociais são aqueles elencados no Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo II: Dos direitos sociais, art. 6º da Carta Magna:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p. 11).

Vale lembrar que os anos 1990 foram palco do apogeu no neoliberalismo, modelo econômico que naquele momento era a medida de enfretamento que o capitalismo tomava para enfrentar a crise de dimensões globais que o mesmo vinha enfrentando desde a década de 1970, então, para garantir a hegemonia dos monopólios capitalistas o estado subtraiu diversos direitos sociais no intuito de atender a organismos financeiros internacionais.

A partir disto o estado realiza diversos desmontes utilizando a justificativa de quem eram reformas necessárias para que a máquina pública não entrasse em colapso e então passa a ofertar políticas seletivas, focalistas e excludentes. Esses desmontes chegaram com mais

força ainda em países periféricos como o Brasil que respondeu a tais acontecimentos montando um sistema de proteção social que não atendia as demandas sociais.

As políticas sociais são geridas com mais propensão a favorecer a classe dominante do que o proletariado, são políticas pensadas para atender as necessidades do capitalismo.

> As políticas sociais podem assumir tanto um caráter de espaço de concretização dos direitos quanto serem funcionais à acumulação do capital e à manutenção do status vigente. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 195)

O estado não produz políticas que promovam ascensão social, mas políticas que atenuem as mazelas sociais e atendam aos ditames do capitalismo industrial, garantindo a conformação do proletariado e satisfação do sistema capitalista de produção.

CAPÍTULO II: OS REBATIMENTOS DO NEOLIBERALISMO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

2.1 EFEITOS DA ONDA NEOLIBERAL PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

O Neoliberalismo surgiu na década de 1970, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman e começou a ser implementado na América Latina mediante uma ditadura – a de Pinochet, mas seu auge foi quando conseguiu se realizar mediante governos eleitos, como os de Menem, FHC, Fujimori, Thatcher, Carlos Andres Peres e Carlos Salinas de Gortari.

Este modelo econômico prega que o livre mercado é um fator positivo para a democracia, e de acordo com esta doutrina a redução do estado e a livre concorrência criaria oportunidades iguais dentro do mercado financeiro, então, consequentemente haveria crescimento econômico e desenvolvimento social uma vez que a economia mais competitiva proporciona o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem.

Diante da desta ideologia percebe-se que o neoliberalismo enxerga o Estado Social como um inimigo que interfere na sua concretude, porque, a partir do momento em que o Estado Social se desenvolve uma parte do setor econômico escapa do setor privado dos investidores internacionais, Hayek (1987, p. 130) ressalta que: “Quanto mais nos esforçamos

[entenda-se, o Estado] para proporcionar completa segurança interferindo no sistema de mercado, tanto maior se torna a insegurança ”.

A presença do Estado se faz necessária o neoliberalismo não se aproxima do anarquismo nem tão pouco do totalitarismo, ele requer do estado uma atuação mais restrita possível, se resumido a proteger somente os direitos mínimos dos cidadãos deixando os demais aspectos como saúde, educação e segurança a cargo do setor privado.

Sendo assim, não é possível que haja prevalência de uma real democracia em uma sociedade que segue os ditames neoliberais. Conforme Gentili (1998, p. 45), no modelo neoliberal a democracia resume-se a uma “simulação democrática”. Isto porque dentro do neoliberalismo o que se vive é uma condensação de democracia e conservadorismo e tudo aquilo que ao nosso ver é um ato democrático resume-se apenas a investidas do grande capital. Para o ideário neoliberal a área econômica vale mais que a área social. Löwy destaca que:

> [...] uma das características centrais do neoliberalismo é fazer do mercado uma religião. A sacralização do mercado transformou-se numa vitória ideológica do neoliberalismo, talvez a maior delas. A lógica mercantil está sendo aceita como uma lei da natureza, como um dado inquestionável [...]” (LOWY, 1999, p.170).

Desta maneira a democracia acontece subordinada ao mercado uma vez que este prevalece diante das relações sociais e como já foi colocado a lógica mercantil impera na sociabilidade.

Na sociedade Brasileira o neoliberalismo possui muita solidez e para isso conta com os meios midiáticos que diariamente disseminam a ideia de que a abertura dos mercados é um fator positivo para o desenvolvimento do país. Isso descaracteriza o estado e anula sua função de intervir na economia essa ideologia persuade não apenas a sociedade civil, mas invade também outros setores perpassando a ideia de que esta é a única forma de organização da sociabilidade.

No Brasil, os rebatimentos do Neoliberalismo refletem a mercantilização dos direitos sociais que “obriga” a família tem que prover sua própria proteção social, e também a criminalização da classe trabalhadora que é culpabilizada pelas expressões da questão social que vivenciam, além disso, as responsabilidades do estado são passadas para o terceiro setor evidenciando o apelo para o voluntariado e solidariedade.

Pereira (2007) destaca algumas das principais medidas adotadas pelo governo do Estado brasileiro para adequação ao ajuste neoliberal: a tentativa de reforma financeira como meio de alcançar a liberalização requerida em 1988; estabilização da economia adotada em dois principais períodos: 1986 e 1994; liberalização do comércio em 1990; a reforma tributária ainda em tramitação; a privatização, que ainda vem sendo realizada, porém, intensificada na década de 1990, especialmente em 1995; a reforma trabalhista até o momento parcialmente realizada e a reforma previdenciária ainda em tramitação.

Todas essas medidas apontam para a redução do estado, e dentre elas está a reforma trabalhista que veio tão somente para retirar direitos da classe trabalhadora, assim seria contraditório afirmar que vivemos em uma democracia quando na verdade o que existe é uma divisão na sociedade onde direitos são negados para atender a ditames de organismos financeiros internacionais.

Os interesses burgueses prevalecem à medida que direitos sociais são negados, o neoliberalismo constitui um projeto societário que coloca direitos sociais em segundo plano, esses direitos são viabilizados através de políticas públicas que são geridas para prover apenas o suficiente para a sobrevivência, sem ofertar possibilidade de emancipação de que a utiliza, são ações de caráter paliativo. Assim, a efetivação de direitos sociais fica à mercê dos interesses econômicos, Iamamoto afirma que:

> O projeto Neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 149)

Se os direitos sociais dependem da rentabilidade econômica não é possível afirmar que há uma universalização dos mesmos, as políticas sociais são seletivas e não atendem a todos aqueles que dela necessitam, elas são geridas para atender a quem mais necessita e para isso utilizam critérios de seleção, desta forma não contemplam toda a população e ao invés que promover inclusão social promovem exclusão social.

Isso ocasiona o que é chamado de “judicialização da vida” onde as pessoas recorrem a defensoria pública para ter acesso a direitos que já foram garantidos pela constituição federal. No Brasil a democracia não acontece na sua totalidade, ela é permeada por traços conservadores, ademais, como já foi falado, acontece de maneira submissa ao capitalismo.

Para compreender o modelo democrático que vivemos atualmente, faz-se necessário compreender o processo de construção da democracia brasileira a partir do término da ditadura militar de 1964, João Quartim de Moraes (1971) define a história do regime militar no Brasil como sendo principalmente a da transformação monopolista do capitalismo no Brasil, tal qual ela pode objetivamente se verificar na nossa época num país capitalista dependente.

O governo de João Goulart (1961 - 1964) era motivo de preocupação para as classes conservadoras como os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média, isto porque estudantes, organizações populares e trabalhadores ganharam espaço despertando preocupação até mesmo no EUA, com isso, no dia 31 de março deste ano os militares tomaram o poder, o término da ditadura militar deu-se em 15 de março de 1985.

Nos últimos anos do regime militar após a extinção dos atos institucionais surgem novos partidos e os sindicatos se fortalecem, então, após o movimento de Diretas Já! Tancredo neves é eleito presidente do Brasil e após sua morte Jose Sarney assume o cargo. Em 1988 o deputado Ulysses Guimarães promulga a Constituição Federal que estabeleceu princípios democráticos, direitos e deveres, em 1989 a sociedade votou pela primeira vez após o fim do Regime Militar elegendo como presidente Fernando Collor de Mello.

O historiador Marcos Magalhães coloca que a entrada de Fernando Collor de Melo e também a sua saída foram provas concretas de que o país estava caminhando para tornar-se uma sociedade de fato democrática, uma vez que este foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após a ditadura e também o primeiro a passar pelo processo de impeachment, isso evidenciava que o contexto não mais permitia retrocessos e/ou práticas antidemocráticas.

Com a eleição de Collor, parecia enfim efetivada a demanda central da campanha das Diretas Já e do movimento pela democratização do país, principalmente pelo slogan da sua campanha, a "caça aos marajás", no entanto, ao longo do tempo, o presidente perdeu prestígio popular e seu governo foi atingido por um volume crescente de acusações de corrupção, houve aumento da inflação e do desemprego, a rejeição do presidente Collor ficou tão alta que naquele momento o mesmo estava sem condições de comandar politicamente o país.

Umas da medidas que marcou o Governo Collor foi o confisco das contas bancárias dos cidadãos, segundo Carlos Eduardo Carvalho, Professor do Departamento de Economia

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a medida política executada pelo Governo Collor (confisco) não fazia parte, originalmente, do Plano Collor e foi gestada quase às vésperas de sua implementação, fato este que demonstra o quão irresponsável foi essa medida, aumentando ainda mais a insatisfação popular.

Várias denúncias de corrupção surgiram a época em que o pais passava por sérios problemas econômicos como uma inflação anual de 400% (JORNAL O GLOBO, 1992). As denúncias de corrupção vieram no terceiro ano do seu governo e envolviam ministros, amigos pessoais e até mesmo a primeira dama, Collor foi denunciado por seu próprio irmão, Pedro, em uma entrevista dada à revista Veja.

Nesta entrevista, Pedro Collor disse que o irmão era participante direto do esquema de corrupção montado por Paulo César Farias, ou PC Farias, que havia sido tesoureiro da campanha do presidente, PC Farias já era investigado pela Polícia Federal, mas até o momento da entrevista de Pedro, a investigação não havia chegado ao presidente (REVISTA VEJA, 1992). Esta notícia causou grande indignação e a população exigiu a saída de Collor.

Na tentativa de salvar o mandato, Collor fez um discurso em rede nacional pedindo para que os brasileiros fossem às ruas, vestidos de verde e amarelo, em gesto de apoio ao presidente, mas, um país que acabava de encerrar um ciclo de 21 anos de repressão não admitiria um escândalo como este, e o povo foi às ruas, mas vestindo preto e exigindo o impeachment do Presidente Collor, então, no dia 29 de setembro de 1992 a Câmara dos Deputados se reuniu para a votação do impeachment, foram 441 votos a favor do impeachment e somente 38 contra, no lugar de Collor, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco.

Foi exatamente durante o governo de Collor que o Brasil adotou as medias neoliberais, as principais medidas tomadas foram o fechamento de empresas estatais, a privatização da economia e à redução das tarifas alfandegárias, esta última medida causou grande prejuízo a indústria nacional que não tinha como concorrer com empresas multinacionais. O principal marco do processo de redemocratização do Brasil é a constituição Federal de 1988 e os governantes que fizeram parte desse processo foram Jose Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, FHC e Lula.

Na avaliação do cientista político David Fleischer doutor na área de Estado e Governo, nas primeiras décadas que sucederam a ditadura militar o Brasil obteve alguns avanços, a princípio houve a prática do voto direito, passou a ter uma moeda estável, foi consolidado o multipartidarismo, houve a legalização dos partidos comunistas, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte, iniciou o seu processo de abertura a globalização e foram criados programas de distribuição de renda que tem conseguido até os dias atuais diminuir os níveis de pauperização da nossa sociedade.

Ademais, houve também a reeleição dos chefes do Executivo, abriram-se cotas para candidatura de mulheres, aconteceu a melhora do processo eleitoral por meio de urnas eletrônicas e a criminalização da compra de votos e como um ponto a se considerar muito relevante foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse período os movimentos sociais tomaram grandes proporções, reivindicando não apenas os direitos do operariado, mas também de diversos outros seguimentos como movimentos em defesa dos direitos das mulheres, dos negros, da diversidade sexual, da diversidade religiosa, e dos trabalhadores rurais sem-terra, as reivindicações extrapolaram o conflito de classes e adentraram ao estilo de vida dos cidadãos.

Destaca-se também como retomada da democracia a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo fato do mesmo ser um operário e não ter ligação com as elites naquele momento, durante o seu governo houve a aplicabilidade de políticas públicas que proporcionaram o crescimento da classe média e aumento do poder de compra da população de renda mais baixa.

Artigos publicados pela Agenda Senado evidenciam que dentro deste contexto vale apontar a chegada de uma mulher a presidência da república, em um país conservador e machista como o Brasil, a vitória de Dilma Vana Rousseff na eleição de 2010 tem um significado muito grande, isto apenas em um primeiro momento visto que seu segundo mandato foi interrompido por um golpe político.

Analisando o Impeachment de Collor e o da Presidente Dilma, conclui-se que este último configura-se como um golpe político que antes de tudo revela as raízes machistas do nosso país, isto fica claro nos constantes ataques que a figura da presidente Dilma sofreu, como xingamentos e especulações acerca de sua sexualidade, vale ressaltar que as críticas à administração da mesma são válidas e são também democráticas, mas, estas sempre foram

feitas com conotação sexual, revelando o caráter sexista do golpe, o Historiador Luiz Ruffato coloca que esse é o momento mais vergonhoso da história política brasileira.

Analisando o processo de impeachment pode-se concluir que alvo dos ataques em grande parte não era o desempenho da presidente no cargo que ocupava, mas eram voltados para sua vida íntima, é um golpe político classista à medida que tenta bloquear os avanços sociais realizados na última década, e é racista quando se apresenta contrário ao programa de cotas raciais nas universidades, ademais, evidencia o temor das elites: o acesso da "classe C" aos bens de consumo.

2.2 A FALTA DE CONTROLE SOCIAL NA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Políticas sociais são ações e atividades desenvolvidas pelo Estado que surgem com o propósito de assegurar direitos de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. Essas políticas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente que se afirmam graças ao reconhecimento pela sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto direitos dos cidadãos.

Educação, cultura, saúde, transporte, tudo o que se produz em prol do desenvolvimento social e humano pode ser considerado política pública, "Política social é todo bem produzido para promover as coletividades em diferentes campos" (MARSHALL apud CASTRO, 2008, p. 66). Ou seja, as políticas públicas são geridas para atender a coletividade, porém, devem ser projetadas de maneira que todos os seguimentos sociais sejam atendidos pois cada seguimento apresenta uma demanda diferente.

As políticas sociais no Brasil começaram a ser projetadas embora reguladas pelo Estado a partir da década de 1930 sob o cenário autoritário, foi o início do que mais tarde poderia ser considerado um Sistema de Proteção Social (SILVA, 2008). Essas políticas surgiram ainda no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) contemplando às questões trabalhistas e não amparavam as famílias em questões relativas a velhice ou doença.

De acordo com Castro (2008, p. 70), "haviam programas assistenciais e pontuais, exclusivos para determinados grupos de interesse e de profissionais (bancários, ferroviários etc.) ". As políticas existentes naquele momento eram focalizadas e dirigidas apenas a

categorias profissionais específicas excluindo todos aqueles que não possuíam vínculos empregatícios formais.

Com o Golpe Militar houve a privatização dos serviços sociais, a proteção social era ofertada por empresas, bancos e seguros sociais privados, desta forma, grande parte da população brasileira era excluída visto que não eram todos que tinham como pagar pelos serviços ofertados.

Na década de 1980 após o término da Ditadura Militar foi promulgada a Constituição Federal e "é a partir dela também, que são previstas e propostas as políticas sociais universalistas" (Castro, 2008). Desta forma a CF/88 coloca como dever do estado a oferta da proteção social através de políticas públicas de caráter universal que assistam a todos aqueles de delas necessitarem.

Após a promulgação da Constituição Federal a primeira proposta de implementação de uma política de transferência de renda foi o Programa Geral de Renda Mínima – PGRM criado pelo senador Eduardo Suplicy e aprovada no senado em dezembro de 1991. A proposta tinha como base a Constituição Federal que em seu artigo 3° determina a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, considerando a renda oferecida pelos programas como forma de garantir as necessidades básicas da população.

O Estado neoliberal que se implantou a partir do governo Collor - Itamar foi o ponto alto do cenário socioeconômico fracassado, deste modo, as políticas sociais de transferência direta de renda a partir do governo FHC e posteriormente no governo Lula tiveram um papel estratégico no cenário político neoliberal com o intuito de amenizar a situação precária que a maioria da população brasileira se encontrava naquele momento.

Neste contexto, as políticas sociais surgem como tentativa de compensar a população de baixa renda que foi constituída através dos efeitos sócio históricos e econômicos e excluída nas últimas décadas do espaço público e do mercado. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram implantadas várias propostas de programas de transferência de renda, como o Programa Comunidade Solidária, que surgiu através da iniciativa da Primeira-dama Ruth Cardoso com o apoio da sociedade civil organizada, o programa tinha foco nos municípios mais carentes.

No penúltimo ano de seu governo (2001) houve um aumento no número de programas de transferência de renda do Governo Federal, como por exemplo, o Bolsa Escola, Bolsa alimentação, vale gás, a ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

No ano de 2003, o então presidente Lula indica como prioridade para seu governo o enfrentamento da fome e da pobreza iniciando um processo de unificação dos Programas Nacionais de transferência de renda (Bolsa – Escola, Bolsa – Alimentação, Vale – Gás e o Cartão – Alimentação) em um único programa denominado de Bolsa Família (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Foi durante o seu governo que as políticas de compensação à concentração de renda e às desigualdades sociais tiveram uma ampliação no sentido de remediar o quadro de pobreza, com destaque o Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no Brasil, 21% da população é atendida pelo programa.

Na região Nordeste o número ultrapassa os seis milhões de famílias, esta região costuma ser castigada por longos períodos de estiagem, deste modo, o Bolsa Família por muitas vezes a única fonte de renda das famílias que não conseguem garantir sua sobrevivência à custa da lavoura, agricultura e outras atividades ligadas ao meio rural.

Se as políticas públicas são pensadas para promover o desenvolvimento social é ideal que haja participação popular na sua gerência e execução, e isso se faz mais necessário ainda no Brasil por ser um pais de grandes proporções e possuir diversas particularidades uma vez que em cada região a questão social se manifesta de maneira diferente, a participação da população nas decisões políticas acontece através do que é chamado de controle social.

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania (CGU 2012).

Deste modo, é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade civil sobre as políticas públicas, é um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania, Para Mileski:

> A participação popular na gestão e no controle da Administração Pública é um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito e dado essencial

> distintivo entre o Estado de Direito Democrático e o Estado de Direito Social, pela diminuição da distância entre a sociedade e Estado. Sua formulação repousa sobre uma verdadeira ideologia de participação nas funções administrativas para legitimidade dos atos da Administração Pública eficaz, democrática e participada é exigência natural do Estado de Direito (MARTINS JÚNIOR1, 2004, p. 296 apud MILESKI, 2006, p. 87)

A transparência e a participação popular são direitos fundamentais, ademais, são também o meio pelo qual a sociedade vai intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal.

Desde os anos 1970, os movimentos sociais lutam pela democratização da sociedade brasileira buscando o direito de participar da gerência de políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social, esta participação pode acontecer através da gestão e da fiscalização da aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

O direito à participação popular na formulação das políticas públicas está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado por leis específicas, como a Lei Orgânica da Saúde (LOS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto das Cidades. Estas leis preveem instâncias de consulta e deliberação cidadãs, especialmente por meio de conselhos de políticas públicas nos três níveis da união (Federal, Estadual e Municipal).

As Conferências, os Conselhos de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos são os principais meios para que o cidadão exerça o controle social. Para Cunha (2011) os meios de controle social têm como pilar a fiscalização das ações públicas, contudo, o seu papel pode ser considerado mais amplo. Visam sobretudo, a indicação de caminhos, proposição de ideias e a promoção da participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público.

Estes espaços possibilitam que haja diálogo entre representantes da sociedade civil e do governo e configuram instrumentos fundamentais para o acompanhamento das políticas setoriais entre os entes federativos. Conforme Tatagiba e Teixeira (2016), os conselhos constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil, estando presentes na maioria dos municípios, cobrindo uma ampla gama de temas como saúde, educação, moradia, meio ambiente, transporte, cultura, dentre outros.

Segundo a CGU (2012), para que os cidadãos possam desempenhar de maneira eficaz o controle social é necessário que sejam mobilizados e recebam orientações sobre como podem ser fiscais dos gastos públicos, mas, existem ainda alguns desafios para que o controle social de fato aconteça no Brasil o nosso país é possuidor de uma cultura coronelista onde a política é permeada pelo autoritarismo e nos municípios pequenos isso acontece com maior intensidade.

Os gestores concordam em princípio com a participação, mas na prática agem sem levá-la em conta, o mesmo vale para a população que muitas vezes reivindica a participação, mas fica esperando um líder que resolva tudo sem que precise se envolver muito com as questões.

Os espaços de controle social existentes devem ser fortalecidos é preciso promover a transparência e a disponibilização de informações e indicadores sobre políticas públicas para subsidiar a participação da sociedade.

Um outro desafio são as desigualdades de classe, gênero, raça, território e educação. Essas desigualdades dificultam o acesso aos espaços e as informações, falta também um maior reconhecimento de que o controle social é um direito de todos e que vai além do momento das eleições.

Desta forma, para exercer de fato o controle social os representantes da sociedade precisam ter uma opinião clara acerca da política a ser discutida de modo que saibam quais são suas prioridades e o que é necessário para que direitos sejam efetivados, se faz necessária a cobrança de mecanismos e de informações que viabilizem a efetivação deste controle, para Duriguetto:

> Nos últimos anos o estado tem passado por diversas reformas administrativas que tem como descentralização seu ponto de partida, porém, na década de 90 a descentralização assume à sua verdadeira finalidade prático-política na realidade nacional, se constituindo num mecanismo político-institucional emoldurado na dimensão neoliberal, expressando o desmonte do Estado através da redução de sua atividade regulatória e produtiva e a ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais conquistados na Carta de 1988 (DURIGUETTO, 2007, p. 20).

A redução da atividade estatal é o “combustível” que impulsiona o avanço do neoliberalismo, “O que se constata é que foram desconcentradas responsabilidades e não democratizado o poder” (KLEBA et al., 2007). Nesse sentido, não há participação social, a transferência das responsabilidades do estado para o setor privado não configura um processo

democrático, mas, um processo de desmonte de direitos que se dá sob a égide neoliberal e que não condiz com o real objetivo da proposta de participação social.

2.3 A INEFICIÊNCIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS NA TENTATIVA DE SUPERAR A QUESTÃO SOCIAL

Os programas sociais são criados para melhorar as condições de vida do público-alvo, eles surgem no intuito de erradicar as mazelas sociais dando possibilidades de acesso a alimentação, moradia, educação e saúde, que apesar de serem direitos garantidos pela CF/88 muitas famílias ainda vivem privadas dos mesmos.

Para Rawling (2005), os programas de transferência de renda (condicionados ou não condicionados) podem ser classificados como programas de assistência social às famílias pobres, ao mesmo tempo em que constituem formalmente nos países um sistema de segurança a essas famílias e possibilitam um processo de redistribuição da renda e dos recursos das respectivas sociedades. Assim, configuram um meio pelo qual o governo presta auxílio as famílias carentes no intuito de diminuir os índices de desigualdade social.

O Brasil sempre esteve entre os mais desiguais na distribuição de renda do mundo ocupando o alto do ranking das nações, contudo, a partir do início dos anos 2000 apresenta evidente progresso em seus indicadores econômicos e sociais, sobretudo em relação à concentração de renda e pobreza procedendo a uma significativa transformação em suas características distributivas sendo a desigualdade na distribuição de renda e os seus prováveis resultados sobre a pobreza assunto de diversos estudos no Brasil (BARROS et al., 2001).

Apesar de o Brasil ser um país que possui uma forte economia é conhecido histórico e socialmente pela má distribuição de sua riqueza que gerou enormes diferenças sociais. Segundo dados da ONU, em 2017 o Brasil era a 10º nação mais desigual do mundo. O índice Gini que mede a desigualdade de renda divulgou em 2015 que o índice do Brasil é 0,515 (quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade), percebe-se que é um número significativo.

Nos últimos anos nota-se uma conscientização por parte do Governo e da Sociedade em relação ao cenário da desigualdade social e econômica do país compreendendo, portanto, que há uma necessidade urgente de reverter essa situação criando mecanismos de participação

e controle social, programas, projetos e ações que indique um movimento de transformações positivas (CAMARGO, 2004).

Essa necessidade foi respondida através da criação de programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronaf, Prouni, Fies, Pronatec, Luz Para Todos, Brasil Carinhoso e Brasil Sorridente. São programas que englobam saúde, educação, habitação e alimentação, deste modo, é certo afirmar que são programas inteligentes uma vez que vão tratar de diversos fatores que contribuem para o desenvolvimento social, o problema é que na prática esta intersetorialidade não acontece.

Conforme Henicka; Bezerra; Chu (2012) Programas sociais de distribuição de renda como o Bolsa Família representa um progresso para a população das regiões mais pobres, já que condiciona a transferência de renda com o cumprimento de uma série de requisitos sociais, a exemplo de frequência escolar e vacinação em dia, com isso agrupa-se a diminuição da desigualdade e da pobreza com o desenvolvimento.

Os requisitos exigidos pelos programas sociais, a exemplo da frequência escolar e vacinação são vetores positivos para a prevenção da saúde e para escolarização da população carente, porém, os programas falham na medida que não oferecem uma educação e uma saúde pública de qualidade.

Ademais, os programas não têm a característica da universalização são programas focalizados que não atendem a população carente na sua totalidade, são fundamentados na necessidade de ajustar e tornar mais eficiente o gasto social, e também sob o pressuposto do mercado como uma maneira extra política de resolver a organização social.

Ou seja, estes programas não superam as mazelas sociais, apenas aliviam os efeitos que as mesmas causam no cotidiano das classes subalternas e assim o regime democrático do bem-estar social baseado na efetividade de direitos sociais é substituído pelo regime liberal que tem como pressuposto a negação desses direitos.

Isto porque o Neoliberalismo identificou como uma das causas da crise a expansão do sistema de seguridade social justificando que este sistema provocou uma inflação crescente, então, para controlar o gasto social e resolver a crise fiscal do Estado causada pelo modelo de distribuição universal implementado pelo Estado de bem-estar social, articula-se o modelo de focalização em matéria de políticas sociais, regulado por um Estado mínimo no que se refere às suas funções sociais.

Porém, é necessário evidenciar que apesar de não mostrarem uma total eficiência no enfrentamento da questão social os programas sociais possuem extrema importância uma vez que dentro das suas limitações atendem as necessidades da população carente, é necessário que a gerência desses programas busque alcançar a universalização e a efetividades dos direitos sociais.

Todas essas problemáticas refletem o falso Estado Democrático de Direito Social que o Brasil possui hoje. Inicialmente, Estado Democrático de Direito Social deve ser entendido como uma estrutura jurídica e política e como uma organização social e popular em que os direitos sociais e trabalhistas sejam tratados como direitos fundamentais.

Dessa forma, para que um Estado seja considerado Democrático de Direito é imprescindível primeiramente que todo poder emane do povo bem como a proteção e garantia dos direitos fundamentais seja uma questão primordial, como meio de proteção e respeito aos cidadãos (BULOS, 2008). No Brasil isso ainda não acontece de fato pois os direitos sociais são negados e as reivindicações da população são ignoradas.

Fica claro que o poder não emana do povo e a proteção aos direitos dos cidadãos não acontece, para que se tenha um maior esclarecimento disto basta analisar a ponte para o futuro criada pelo presidente Michel Temer, a mesma tem como suportes as seguintes medidas: congelamentos dos investimentos sociais por 20 anos, teto de gastos para saúde e educação, aumento da idade mínima para aposentadoria e redução do valor dos benefícios, reforma da legislação trabalhista, com ampliação da terceirização e o fim da CLT, redução de programas como o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.

Tais medidas se empenham tão somente em ferir direitos sociais visto que para pagamento de juros a bancos e rentistas não foi estabelecido nenhum teto e a estrutura tributária brasileira também no sofreu modificações. Segundo Armando Boito Jr: “a pobreza não é um dado natural com o qual se deparam os governos neoliberais; ela é produzida pela própria política econômica neoliberal, que reduz o emprego e os salários e reconcentra a renda” (BOITO JR,1999, p. 77). A pobreza não é um fato natural, ela é gerida historicamente através de medidas dessa natureza.

É fato que a partir da Constituição Federal de 1988 o Brasil deu grandes passos no sentido de ser tornar uma nação democrática, mas, há de se considerar que ainda existe um

longo caminho para que se possa afirmar que o nosso país vive a democracia na sua totalidade.

CAPÍTULO III: IMPEACHMENT: IMPACTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MAIS DESIGUAL E MAIS EXCLUDENTE

3.1 METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este trabalho dispõe de uma abordagem qualitativa e utilizará como método a pesquisa bibliográfica afim de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação. Foi utilizada também a pesquisa explicativa e descritiva, esses métodos são os mais eficientes para realizar a discussão proposta.

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica proporciona um maior aprofundamento do estudo acerca do assunto a ser abordado, norteia o pesquisador e da possibilidade para que o mesmo identifique a melhor metodologia a ser utilizada no seu trabalho. Contribui com o conhecimento teórico necessário para todo e qualquer trabalho científico.

A pesquisa explicativa tem o propósito de explicar as causas dos fenômenos, os motivos de determinado problema, este tipo de pesquisa "preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos" (GIL, 2007, p. 40), ou seja, este método explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos.

Segundo Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado. Pesquisas desse tipo podem ser classificadas como experimentais e ex-postfacto.

A pesquisa explicativa configura uma etapa mais avançada do estudo realizado uma vez que este é realizado de maneira mais detalhada, é o momento onde acontece a conexão entre ideias afim de compreender causas e efeitos de determinado problema.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental e pesquisa ex-post-facto, este método realiza um estudo mais detalhado, levanta, analisa e interpreta dados, o pesquisador utiliza questionários e outras técnicas de levantamento de dados.

Foi utilizada a análise documental que é aquela realizada a partir do estudo de documentos autênticos e é indispensável porquê as fontes escritas são sempre a base dos trabalhos científicos. A análise de documentos contribui ainda complementando informações obtidas por outras técnicas.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Impeachment é um termo de origem inglesa que significa impedimento. Trazido para o âmbito político, estabelece um instrumento pelo qual os regimes liberais traçam a limitação de poderes dos membros do Poder Executivo. O instituto do impeachment teve sua origem no direito medieval inglês e era utilizado para formalizar acusações contra os ministros do monarca, já que este, devido a sua posição, não poderia ser alvo de qualquer acusação.

O processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff aconteceu permeado por manifestações carregadas de ódio e misoginia, as diversas manobras e acordos que aconteceram no Congresso Nacional evidenciam que este processo não aconteceu por conta de pedaladas fiscais, mas sim em prol do descontentamento da elite capitalista brasileira.

O golpe de estado parece ser a meio “legal” pelo qual o grande capital administra o sistema político dos países, então, quando um governante não corresponde ao projeto hegemônico presente ele é destituído. A América Latina tem sido palco desses acontecimentos, os episódios recentes incluem Brasil (2016), Paraguai (2012), e Honduras (2009).

Em Honduras o presidente Manuel Zelaya foi tirado à força de sua casa e levado até Costa Rica. No Paraguai, o Congresso Nacional votou pelo impeachment de Fernando Lugo em pouco mais de 24 horas, ambos os casos ocorreram através de um processo “legal”,

porém, é notável que ocorreram devido a divergências entre o a forma que o governante conduzia o país e a ideologia burguesa presente.

Os três casos (Brasil, Honduras, Paraguai) têm semelhanças, foram golpes que aconteceram vestidos de processos institucionais no intuito de derrubar um represente escolhido de maneira democrática pelo voto popular e para isso utilizaram instrumentos legais ditados por parlamentares e empresários.

> Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 1851, p.25).

O Golpe Militar de 1964 foi uma tragédia que ao longo dos seus 21 anos deixou centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe político de 2016 é uma farsa onde parlamentares comprovadamente corruptos aprovam um processo de impeachment em nome de irregularidades contabilísticas que já estiveram presentes em outros governos e não geraram tanta revolta.

Os acontecimentos de 1964 e 2016 evidenciam o desprezo da classe política pela democracia e pela vontade popular, assim, se o povo não é ouvido não podemos afirmar que vivemos em um país democrático. Assim como 1964, 2016 também foi um ano que deu início a um grande retrocesso na construção da democracia brasileira.

O governo Temer trouxe várias incertezas em todos os aspectos, logo no início do mandato como presidente interino o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da juventude e dos Direitos Humanos foi extinto. Assim, a formulação das políticas públicas não envolve mais o debate acerca do machismo, coronelismo, discriminação e escravidão. Mas adiante, o ministério da cultura também foi extinto.

> A cultura é a própria identidade nascida na história, que ao mesmo tempo nos singulariza e nos torna eternos. É índice e reconhecimento da diversidade. É o terreno privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento (CAMPOMORI, 2008, p. 78-79)

As manifestações culturais que expressam a identidade nacional extremamente rica que o nosso país possuí por sua imensidão e diversidade não parecem ser importantes aos olhos dos nossos representantes políticos. Para eles, prevalece a cultura capitalista que não importa o custo, mas sim o lucro.

O fim do Ministério do Ministério de Desenvolvimento Agrário também foi um grande ataque aos direitos sociais, pois, ele colocou fim também aos projetos que promoveriam a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar cooperativa e agroecológica que possa se desenvolver sem afetar o meio-ambiente. Deste modo, o trabalhador rural sofre impactos pois uma medida assim afeta políticas importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que garante um preço justo ao produtor e garante as comunidades carentes o direito à alimentação saudável à medida que as mesmas tem acesso a esses alimentos barateados.

Os ministérios extintos foram fundidos em outras pastas seguindo a política de austeridade do Governo Temer que justifica essas ações afirmando que a junção de pastas traria mais eficiência para os programas sociais que as mesmas englobam.

Mas, unir programas nacionais tão grandiosos em uma única pasta é abrir portas para o fracasso, o Brasil apresenta particularidades imensas que precisam ser estudas para que possam ser geridos programas sociais eficientes e inteligentes, e um único ministério não seria capaz de fazer tudo isso.

Sem que acontecesse nenhuma negociação com a classe trabalhadora o presidente interino Michel Temer aprovou a PEC 241/2016 que congelou gastos sociais por 20 anos, medidas assim evidenciam o caráter antidemocrático deste governo. “O Estado está talhado estruturalmente para funcionar conforme o capital” (MASCARO, 2015, p. 24). Prova disto é que cotidianamente o Palácio do Jaburu recebe empresários de todos os setores, mas, nunca se ouviu falar de um represente de sindicato ou movimento social ser recebido ou ouvido pelo Governo Temer.

A ponte para o futuro construída à base de cortes sociais “destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos” (GUIMARÃES, 2015, p. 2). Mas, o que pode ser constatado é um processo de desmonte de programas sociais que os torna ainda mais excludentes e ineficientes.

Programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão cada vez mais seletivos e não atendem a quem necessita, para terem acesso a esses programas as pessoas precisam mostrar que necessitam mais, que tem mais problemas, assim, até mesmo

quem atende aos critérios destes programas não tem seu direito efetivado por conta da falta de verba, do desvio de dinheiro e de medidas cruéis como a ponte para o futuro.

Para Sant'Ana et al. (2016, p. 260), "a missão do (des)governo ilegítimo de Temer é exatamente implementar um novo ciclo de contrarreformas neoliberais, cujas consequências recairão sobre os ombros da classe trabalhadora". Estamos caminhando de encontro a um Estado liberal não intervencionista que acarretará na construção de uma sociedade ainda mais desigual, discriminatória e marginalizada onde o indivíduo será novamente o único responsável por prover sua proteção social.

O desmonte de direitos sociais iniciados na década de 1990 pelo Neoliberalismo trouxeram prejuízos para a classe trabalhadora que não viu a Constituição Federal de 1988 ser efetivada na sua totalidade. Agora, pode-se perceber uma nova investida através da proposta de reforma da Previdência Social e da aprovação do Projeto de Lei da Terceirização (PL 4032/98).

Através da terceirização a empresa fica concentrada em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua. Para Martins, (2001), a terceirização "consiste em contratar um terceiro para a realização das atividades que não constituem o foco principal da empresa". A terceirização promove a desregulamentação das relações trabalhistas, oferta trabalhos eventuais e retira os direitos garantidos pelo emprego formal.

A solução para os problemas sociais seria a criação de novos postos de trabalho que a terceirização traria, mas, esses novos postos de trabalho não trazem benefícios para a classe trabalhadora, eles subtraem os direitos trabalhistas. Um outro retrocesso é a reforma da Previdência Social proposta pelo Governo Temer.

> A tendência atual é de diminuição da população brasileira e aumento do número de pessoas com mais de sessenta anos de idade, devido ao fato de as pessoas estarem vivendo mais, com melhores condições de vida. Além disso, nas últimas décadas houve uma queda de fecundidade, o que na prática proporciona ao Brasil, daqui pra frente, um processo de contração e envelhecimento da sua população, originando um novo paradigma demográfico (CRUZ, 2015, p.14).

É perceptível que de fato a Previdência Social precisa ser reformulada, porém, as reformulações acontecem punindo apenas a classe trabalhadora, a reforma não fala por exemplo em cobrar dívidas das grandes empresas brasileiras que pesam muito mais que os benefícios sociais.

A saúde também sofreu impactos advindos do Golpe Político de 2016. Durante toda sua história o Sistema Único de Saúde (SUS) sofreu tensão entre dois projetos distintos, a Constituição Federal de 1988 coloca a saúde como direito universal, um bem inalienável, de qualidade, garantido por políticas públicas que materializem esse direito, em especial, executadas pelo próprio Estado.

Em contrapartida, existe o projeto do grande capital que busca lucros através da mercantilização da saúde e que vem avançando assumindo o papel do estado no provimento de serviços através de convênios principalmente com as prefeituras municipais.

O Ministro da Saúde Ricardo Barros após ser nomeado pelo Presidente Interino Michel Temer declarou à imprensa que é necessário rever o tamanho do Sistema Único de Saúde (SUS). "Vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e em outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las", afirmou, em entrevista à 'Folha de S. Paulo".

Essa fala é reveladora da direção das alterações impetradas pelo governo Temer e, ao mesmo tempo, do momento de desmonte do Estado brasileiro e seus vínculos com o grande capital.

Mota (2017) afirma que o conjunto dessa ofensiva vem se caracterizando como uma grande regressão civilizatória nos marcos da sociedade brasileira, configurando-se o que Marx denominou de expropriação da classe trabalhadora, precisamente sobre os direitos e as políticas sociais. Essa expropriação no acerca do direito à saúde se dá através da aprovação da Emenda Constitucional 95, que institui o congelamento do teto dos gastos primários, impondo sobre o orçamento da saúde uma restrição que pode chegar a 640 bilhões, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De forma pertinente Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018, p. 16) destacam que uma das características do governo Temer é sua "[...] articulação efetiva com o setor empresarial de saúde". É perceptível o processo de instrumentalização do Estado brasileiro para atender aos interesses do capital sem que haja o mínimo de preocupação com aquelas pessoas que precisam dos serviços da saúde pública. O Governo Temer mostra que o objetivo dessa contrarreforma é atender as corporações econômicas privadas atuantes na área da saúde.

Ricardo Barros ocupou diversos cargos políticos, "[...] seu maior doador individual de campanha foi Elon Gomes de Almeida, presidente do Grupo Aliança, administradora de

benefícios de saúde" (TRUFFI, 2016, não paginado). E por diversas vezes o mesmo afirmou: "[...] sou o ministro da saúde, não sou o ministro do SUS" (CANCIAN, 2016, não paginado). Deste modo, fica expressa a falta de compromisso em relação a efetivação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

É notável que a concepção da saúde como direito universal está caminhando a passos largos para sua desconstrução, isso fica explícito nas várias medidas tomadas pelo Governo Temer e nessa defesa de enxugamento do SUS feita pela Ministro Ricardo Barros que utiliza a justificativa de uma crise que advém dos gastos realizados na área social. Esse conjunto de mudanças na política de saúde do governo Temer configuram a maior e mais grave ofensiva sofrida pela reforma sanitária brasileira desde a Constituição de 1988.

Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018) denunciam o caráter profundamente regressivo da aprovação do teto de gastos por 20 anos, da reformulação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e desestruturação da Estratégia Saúde da Família, dos planos populares de saúde, das alterações na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da Política de Saúde Mental e da proposta de alteração na regulamentação dos planos de saúde.

O SUS, apesar dos diversos desvios de verba que acontecem e que sobrecarregam os seus serviços, é um dos maiores patrimônios da classe trabalhadora brasileira e exatamente por isso é um espaço de disputa entre classes distintas. Em um momento onde a democracia sofre ataques em todos os âmbitos através de um golpe institucional e autoritário é necessário e urgente que haja mobilização na defesa do direito público a saúde conforme ressaltado por BRAVO, PELAEZ E PINHEIRO (2018).

O país sofre desmontes também na área da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, garante em seu artigo 2º, que a educação é um direito de todos, dever do estado e da família e que visa o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Uma nação dificilmente avançará se não investir no setor educacional. Para tanto, é necessário que o estado ofereça uma educação básica de qualidade, preenchendo todos os requisitos previstos pela LDBEN.

A educação para Freire, segundo afirma Zitkoski (2006, 28), "[...] deve ser trabalhada intencionalmente para humanizar o mundo por meio de uma formação cultural e da práxis transformadora de todos os cidadãos sujeitos da sua história [...]". Ou seja, a educação deve

emancipar o discente, desenvolver sua consciência crítica, torna-lo autor da sua própria história.

Porém, a educação no Brasil não acontece nesses moldes, há de se reconhecer que este problema não surgiu agora, mas, também é fato que o golpe alargou as problemáticas que haviam no Ministério da Educação do Brasil.

Em fevereiro deste ano, o governo aprovou no Senado a chamada Reforma do Ensino Médio sem que fosse realizada uma única discussão com a sociedade. Com a oposição de estudantes e professores, o projeto retira, dentre outras medidas, a obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia e Sociologia.

Para Freire (1980, p. 17) "(...) é o olhar mais crítico possível da realidade, que a 'desvela' para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante". A Filosofia e Sociologia são essenciais para que a formação desenvolva a consciência crítica, a capacidade de análise e reflexão acerca do mundo em que se vive, permitindo também, a compreensão das relações sociais presentes no cotidiano.

Em conformidade com Freire (1980, p. 25), "Quanto mais o homem refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la. " O governo não quer eleitores críticos, ele quer uma massa alienada que reproduza a ideologia dominante de modo que o operário defenda o ponto de vista do capitalista.

O orçamento previsto para novos investimentos no Ministério da Educação (MEC), assumido por Mendonça Filho após o golpe de 2016, teve redução de 32% em 2018 com relação ao ano anterior. Em 2017, foram destinados mais de R$ 6,6 bilhões para investimentos no setor, enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 reserva apenas R$ 4,52 bilhões (BRASIL, 2018, p. 247).

Percebe-se um decrescimento na verba destinada a educação que não permite que haja uma melhoria no ensino público. De acordo com Moretti (2018), as reduções são expressão do limite de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, na gestão do Michel Temer.

As universidades federais tiveram em 2017 o menor repasse de verbas em sete anos, segundo dados exclusivos obtidos pelo G1. Entre as 63 instituições, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013, ou seja, na prática o orçamento para gastos não obrigatórios está menor. Nesse período, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%. (G1, 2018)

A redução da verba está na contramão da política de expansão da rede federal de ensino superior iniciada em 2008 pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva que criou novas universidades, construiu novos campi e o aumentou o número de vagas. Expandir a participação do setor público na educação superior é uma meta do Plano Nacional de Educação (PNE, 2018).

Em 2016, com Temer, houve um corte de 80 mil bolsas integrais oferecidas pelo programa na tentativa de diminuir os gastos públicos. O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. (BRASIL DE FATO,2018)

O corte nas bolsas integrais do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) provocou um aumento no número de estudantes que abandonaram a graduação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, mais de 170 mil brasileiros, com idades de 19 a 25 anos, abandonaram a graduação no ano de 2017.

Em fevereiro de 2017, o então ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciou redução de 29% nos investimentos no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O teto global de financiamento por curso saiu do R$ 42 mil para R$ 30 mil por semestre. Agora, em 2018, depois de sofrer pressão dos setores privados de educação, o MEC voltou atrás, colocando novamente o valor para R$ 42 mil.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também podem ser comprometidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA),

O investimento, antes assegurado pela fonte 100, com pagamento garantido pelo Tesouro Nacional, foi transferido para a fonte 900, sem fonte assegurada, passando a assumir o status de “recursos condicionados” de acordo com manual orçamentário. Na prática, bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado poderão não mais existir.

Em carta aberta publicada no dia 9 de agosto de 2018, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou que deverá diminuir ainda mais

seus os investimentos em pesquisa durante o ano de 2019. O corte é resultado da redução do orçamento da instituição, que deverá cair de R$1,2 bilhões em 2018 para R$800 milhões em 2019.

O orçamento previsto para 2018 também alteram programas que desde a sua criação não haviam passado por reduções no valor das verbas como o programa Bolsa Família que foi reestruturado e congelou benefícios. Ademais, programas dessa natureza estão passando por um "pente fino" onde diversos beneficiários irão sair do programa.

O governo propõe destinar R$ 28,7 bilhões ao programa em 2018, o que representa uma queda de 3,7% em relação a 2017. No Orçamento deste ano, haviam sido reservados R$ 29,2 bilhões. (BRASIL, 2018, p. 247)

Dias (2013), sugere que as políticas voltadas para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciada pelos indivíduos, especialmente a pobreza, tomem a unidade familiar como base, a fim de que a função protetiva da família não seja prejudicada, mas sim reforçada pela ação do Estado.

O Estado precisa ofertar a proteção social as famílias vulneráveis e inseri-las no mercado de trabalho para que o sair de um determinado de programa essa família não seja prejudicada. Programas da natureza do Bolsa Família precisam ser reformulados afim de que os assistidos consigam entrar e sair do programa sem que se tornem dependentes do mesmo.

> Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais (CAMPELLO; NERI, 2010, p. 10).

Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006), as transferências públicas de renda – que incluem aposentadorias, pensões e programas sociais – tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) – são responsáveis por cerca de um terço dessa redução da desigualdade de renda nos últimos anos.

São programa inteligentes que mostram resultados positivos e dão mais visibilidade as pessoas carentes que através desses programas tiverem acesso a direitos sociais fundamentais como alimentação, moradia, saúde e educação, realizar cortes nesses programas é um forte ataque a concretização dos direitos sociais.

O Minha Casa Minha Vida, por exemplo, saiu de um orçamento de R$ 23,55 bilhões em 2015 para R$ 8,40 bilhões em 2016. Estavam previstos apenas R$ 3,69 bilhões em 2017, e se projeta um investimento de R$ 1,2 bilhão neste ano, ou seja, uma queda brusca de 94,9% em relação ao valor de 2015. (BRASIL DE FATO, 2018)

O programa foi implementado em 2009 e já fechou contratos para 4 milhões de unidades habitacionais com investimento total de mais de R$ 270 bilhões, de acordo com o Ministério das Cidades. O número de imóveis já entregues é de 2,3 milhões. A sua continuidade é essencial para que as famílias vulneráveis tenham acesso a uma moradia digna, porém, este o Governo Temer vem realizando cortes que apontam para que seja investido o mínimo possível na área social, isso fere a democracia do país.

O Brasil está vivenciando uma severa ofensiva capitalista no percurso do golpe político de 2016. Uma investida nestes moldes só consegue se concretizar através inviabilidade e restrição de práticas democráticas. Esse processo conta ainda com um outro fator, a prisão arbitrária do ex presidente Luis Inácio Lula da Silva.

> O programa do golpe precisa seguir sendo aplicado, porém, por meio de um governo respaldado pelas urnas [...]. A burguesia não só considera Lula incapaz de aplicar tal programa nos moldes exigidos por ela, como não encontra nenhum candidato confiável capaz de seguramente derrotar o petista nas urnas. Numa era de desagregação social sem precedentes e de contrarreformas pletóricas, a preservação do regime do sufrágio universal parece só ser possível, para a burguesia, se o próprio sufrágio universal for maculado ou cassado, e se a eleição não for apenas uma contrafação. É isto o que explica, fundamentalmente, a condenação de Lula e sua prisão, decretada hoje pelo juiz Sérgio Moro [...]. O Lula que será preso nos próximos instantes não é o Lula que se afastou de um projeto emancipatório da classe trabalhadora, mas sim aquele que se dispõe a tentar de novo oferecer três refeições diárias para ela dentro do capitalismo (DEMIER, 2018, p. 1).

Diante da forma como correu o processo de investigação e prisão do ex-presidente Lula percebe-se o teor político desta prisão. Candidato à presidência do Brasil nas eleições 2018, Lula apresentava uma extensa vantagem na intenção de votos em relação aos seus oponentes políticos.

Figura 1 - Intenção de voto para Presidente

Fonte: G1

Entre a condenação dada pelo Juiz Sérgio Moro e o início da tramitação do recurso no TRF-4 foram apenas 42 dias, a justiça brasileira nunca foi tão competente. Foi o processo que tramitou mais rápido da Lava Jato. De 2015 a 2017, o tempo médio foi de 11 meses. De janeiro a outubro de 2017, o tempo médio aumentou, chegou a 14 meses e meio. Não há neste processo o interesse de combater algum tipo de corrupção, mas, de barrar um candidato que tinha muita probabilidade de ser eleito e que sua forma de governar não agrada a elite brasileira.

O criminalista Fernando Castelo Branco, coordenador do curso de pós-graduação de Direito Penal do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) -São Paulo, considera a decisão do TRF-4 apressada. “Por que não esperar o integral cumprimento da instância recursal? Estamos falando do dia 10. ”

Ele também critica a rejeição do *habeas corpus* pelo Supremo, que liberou a prisão de Lula ainda na segunda instância. “Ninguém é culpado até o trânsito em julgado (ou seja, até ter todos os recursos analisados). É indiscutível, cláusula pétrea da Constituição. ”

Castelo Branco acrescenta ainda que o que preocupa é a relativização de algo que não pode ser mudado para atender a situações específicas. “A causa da corrupção e da impunidade é justa, também me incomoda muito. Mas, se tornarmos a Constituição maleável, corremos o risco de criar um Estado autoritário.

” Embora considere a decisão legal, o professor de Direito Penal da FGV Celso Vilardi avalia que ela foi rápida demais. “Comparada a outros casos, foi uma decisão muito rápida, talvez a mais rápida da Lava Jato. Ele foi tratado de uma forma diferenciada, embora não se possa dizer que foi uma decisão ilegal. ” Assim como o processo de impeachment, a prisão do Lula é uma manobra política que acontece camuflada de medidas legais.

O golpe precisa dar continuidade ao projeto hegemônico ao qual representa, para tanto, precisa tirar Lula da corrida presidencial, e assim o fez. Neste novo cenário a única certeza que se pode ter é que vivemos apenas um ensaio da democracia onde na realidade a vontade do povo é o que menos prevalece, aliás, não prevalece do povo na sua totalidade, mas, de uma minoria classista, elitista que concentra renda e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidencia a importância da democracia para a sociedade, para a equidade e justiça social. A temática aborda uma discussão extensa acerca da democracia, das políticas sociais e do estado democrático de direito, por isso é uma discussão que precisa ser realizada para que se tenha compreensão da forma como o Brasil se desenvolveu e para compreender também a atual conjuntura.

Diante de tudo que foi exposto pode-se perceber que desde a colonização o Brasil possui um perfil excludente, conservador, paternalista, racista, misógino e elitista. A história da sociedade brasileira e o momento crítico que se vive mostram que não mudou muita coisa.

É notável que os dias que sucederam o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff foram dedicados ao desmonte de direitos sociais, a cada nova medida viu-se nascer um atraso diferente. Esses cortes trouxeram a conformação de uma nova conjuntura para o Brasil, uma conjuntura mais excludente, mais retrógada, onde a voz do povo não é ouvida e os direitos sociais foram liquidados em favor do grande capital.

Os programas e políticas sociais adotaram um caráter ainda mais seletivo e atenuante, se antes já não atingiam o objetivo de superar a Questão Social, agora, menos ainda. Este é um momento de travessia e reflexão que futuramente nos mostrará os riscos de se viver nesta linha tênue da democracia brasileira. A democracia é uma dádiva da era moderna pois ela se opõe a regimes autoritários e ditatoriais conformando um regime onde o povo tem o direito de opinar e de ser ouvido. Então, somente através de um regime democrático é que pode haver consolidação de direitos sociais.

O golpe militar de 1964 e os golpes que aconteceram recentemente na América Latina (Brasil, Paraguai e Honduras) alertam para a necessidade de resistência. Não há outro caminho que não seja a mobilização em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas, da diversidade religiosa, do pluralismo de ideias, do negro, da mulher, do índio, do sem-terra e de todas as minorias que são feridas através de práticas antidemocráticas.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho atua necessariamente em um espaço contraditório à medida que responde a demandas postas pelos interesses do capital e do trabalho. É importante ter criticidade para articular formas de

intervenção efetivas mesmo em uma conjuntura tão difícil, o profissional deve atualizar-se através da pesquisa, do estudo, de modo que mesmo em meio a tantas adversidades não haja espaço para que o conservadorismo não volte a permear a prática profissional.

REFERÊNCIAS

SIMÕES, Henrique Campos **Achamento do Brasil**. In:. As Cartas do Brasil. Ilhéus: Editus, 1999. pp. 47-111.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In:HENRIQUES,R.(Org.).Desigualdadee pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. cap.1 p.21-47.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismono Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 05 de Setembro de 2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 2012. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. Acesso em 28 de março de 2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: http://www.mds.gov.br. Acesso em: 28 de marco de 2018.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E.; PINHEIRO, W. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer**. Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr.2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAMARGO, J. M. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo Perspec.. 2004, v.18, n.2, p. 68-77.

CAMARGO, Orson. "**Desigualdade social**"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>. Acesso em 28 de marco de 2018.

CAMPELO, Tereza; NÉRI, Marcelo C. **Programa Bolsa família: Uma década de inclusão e cidadania:** Sumário executivo/organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes NeriBrasilia: Ipea, 2013.494p. : mapas, tabs.

CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. O que é avançado em cultura. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org**). A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras.** Belo Horizonte: Ed.da UFMG, 2008. p. 73-80.

CANCIAN, N. Ministro da saúde defende **“plano popular de saúde” para aliviar o SUS**. In Folha de São Paulo, São Paulo, 6 jul. 2016. Disponível em . Acesso em: 20 de setembro de 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Controle Social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Coleção Olho Vivo Brasília, 2012.

CRUZ, Célio, **"A sustentabilidade econômico-financeira da previdência social frente ao novo perfil demográfico brasileiro (o efeito de inversão da pirâmide etária no Brasil)",** 2015.

CUNHA, S. S. **O controle social e seus instrumentos**. Disponível em: . Acesso em: 25 mar. 2018.

DEMIER. F**. Os sentidos de uma prisão: Lula, democracia e as pessoas na sala de jantar.** Esquerda Online, São Paulo, 6 abr. 2018. Disponível em: . Acesso em: 7 abr. 2018.

DI GIOVANNI, Geraldo**. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual**. In. Oliveira, M. A. Reforma do Estado e Política de Emprego no Brasil. Campinas- SP: UNICAMP, 1998.

DIAS, Marcelo. A família nas políticas sociais**: O caso do programa Bolsa Família**. Salvador, 2013. 128f. Disponível em: < http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=366> Acesso em: 13 set. 2018.

DURIGUETTO, M. L. **Descentralização, políticas públicas e participação popular. Núcleo de Pesquisas e Movimentos Sociais. In: Movimentos sociais, participação e democracia.** Florianópolis. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 25 abr. 2007 **econômicos.** Brasília: ISBN, 2010

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses. PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 2015 Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em: 19/08/2018

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura : Instituto Liberal, 1987.

HENICKA, D. M. R.; BEZERRA, F. M.; CHU, H**. Bolsa Família e Controle de Natalidade: Evidências para os municípios da região Sudoeste do Paraná,** 2012.
http://dagobah.com.br/ acesso em 21 de fevereiro de 2018.

http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos3/Biblioteca/Artigos_pdf/Controle_Social_das_politicas_publicas-REPENTE_Instituto_Polis.pdf<Acesso em 19/10/2018 às 17:30>http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos3/Biblioteca/Artigos_pdf/Controle_Social_das_politicas_publicas-REPENTE_Instituto_Polis.pdf <Acesso em 11/08/2018 às 17:30>.

http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm. <Acesso em 10/08/2018 às 17:45>

http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI3224327-EI306,00 de+ouubro+de+Ulysses+promulga+a+Constituicao+Cidada. <Acesso em 10/08/2018 às 18:30>
http://nuncadesapareca.com.br/a-importancia-da-democracia-para-a-sociedade-atual/ <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://revistacientifica.facmais.com.br/wp content/uploads/2015/08/artigos/cidadania_brasil.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-08-20/relembre-os-principais-legados-dos-presidentes-da-era-democratica.html <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol6-2-2012/art7-vol6-2-2012.pdf <Acesso em 20/10/2018 às 17:30>

http://www.capacidades.gov.br/ Acesso em 21 de set. de 2018 <Acesso em 21/10/2018 às 20:30>

http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/viewFile/1208/829 <Acesso em 21/10/2018 às 12:30>

http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/os-30-anos-da-democracia-no-brasil-bo8mksjllb4pnzxo8mpvldicn acesso em 28 de fevereiro de 2018.
http://www.ipea.gov.br/portal/ <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspublicas/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/o-trabalho-do-assistente-social-nas-politicas-publicas_-desafios-cotidianos.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>.

http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/neoliberalismo-e-o-oposto-da-democracia-diz-estudioso-frances-284.html <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>.

http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/As-pol%C3%ADticas-sociais-compensat%C3%B3rias-Impactos-do-Programa-Bolsa-Fam%C3%ADlia-Everton-Bonato-Pacheco.pdf acesso em 05 de março de 2018.

https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>.

https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/impeachment.htm <Acesso em 19/10/2018 às 17:10>

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180129/103_00436.pdf?sequence=1. <Acesso em 19/10/2018 às 17:30>

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/232627/Ministro-da-Sa%C3%BAde-j%C3%A1-fala-em-encolher-o-SUS.htm <Acesso em 20/09/2018 às 16:30>

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/334259/Educa%C3%A7%C3%A3o-ter%C3%A1-corte-de-recursos-de-32-em-2018.htm. <Acesso em 20/09/2018 às 16:30>.

https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/358745/Temer-corta-95-das-verbas-de-programas-sociais-e-compromete-futuro-de-milh%C3%B5es.htm <Acesso em 20/09/2018 às 16:30>

https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/302590/Neoliberalismo-versus-democracia.htm <Acesso em 05/09/2018 às 13:30>

https://www.brasildefato.com.br/2018/06/18/cortes-de-949-em-programas-sociais-feitos-por-temer-abreviam-futuro-dos-brasileiros/ Acesso em 21 de set de 2018 <Acesso em 18/09/2018 às 19:00>

https://www.cartacapital.com.br/revista/933/o-golpe-e-a-imposicao-do-neoliberalismo-no-brasil acesso em 05 de março de 2018. <Acesso em 09/09/2018 às 13:40>

https://www.cartacapital.com.br/revista/933/o-golpe-e-a-imposicao-do-neoliberalismo-no-brasil acesso em 13 de março de 2018. <Acesso em 10/09/2018 às 17:00>

https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/08/13/por-que-o-golpe-e-misogino/ acesso em 13 de março de 2018 <Acesso em 11/09/2018 às 18:30>

https://www.significados.com.br/democracia/ acesso em 13 de março de 2018 <Acesso em 90/09/2018 às 14:30>

https://www.significados.com.br/pesquisa-bibliografica/ <Acesso em 10/09/2018 às 13:30>

https://www.suapesquisa.com/ditadura/ acesso em 13 de março de 2018 <Acesso em 11/10/2018 às 13:30>

https://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm <Acesso em 15/10/2018 às 09:30>

https://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/ acesso em 19 de março de 2018 <Acesso em 10/11/2018 às 11:00>

https://www.webartigos.com/artigos/a-cidadania-no-brasil/44884 acesso em 19 de março de 2018 <Acesso em 14/10/2018 às 15:30>

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao acesso em 19 de março de 2018 <Acesso em 15/10/2018 às 13:30>

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999

KLEBA, M. E. et al. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais**,2007.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

LÖWY, Michael. **Estado, democracia e alternative socialista na era neoliberal**. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS JÚNIOR, Walace Paiva. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto**. A Terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas,2001.

MARX, K. O Capital. Livro I. 18. Ed. Rio de Janeiro**: Civilização Brasileira**, 2001. V. 1 e2.

MARX, Karl. "O **18 Brumário de Luís Bonaparte**" In: MARX, Karl; ENGELS, F. Textos. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, Vol. III.

MASCARO, Alysson Leandro**. "Crise brasileira e direito".** Margem Esquerda. Nº 25. São Paulo: Boitempo, 2015.

MILESKI, Helio Saul. **Controle social: um aliado do controle oficial.** Interesse Público, Porto Alegre, n. 36, p. 85-98, mar./abr. 2006

MIOTO, R.C.T**. Família e Políticas Sociais**. In BOSCHETTI,I; BHERING, E.R.; SANTOS, S.M.M.; MIOTO, R.C.T. Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez Editora/CAPES, 2008.

MORAES, João Quartim de**. La nature de classe de i'etat bresilien** (I). In: Les Temps Modernes, nº 304, Paris: 1971 a, p.651-675.

MORAES, João Quartim de**. La nature de classe de lí…tat bresilien** (I). In: Les Temps Modernes, nº 304, Paris: 1971 a, p.651-675.

MOTA, A. E. **A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais**. Argumentum, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017.

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e** O GLOBO. Presidente Collor sofreu impeachment, em 1992, e foi cassado pelo Senado. Jornal em sítio eletrônico: O Globo. Disponível em: < http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/presidente-collor-sofreuimpeachment-em-1992-foi-cassado-pelo-senado-9239073> Acesso em: 07 de abril de 2018-04-07

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAWLING, L. **Uma nova abordagem para a assistência social: a experiência da América Latina com programas de transferência condicionada de renda**. International Social Security v.58, n.2-3, 2005.

PINSKY, Jaime**. A Escravidão no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

PRADO JR, Caio**. História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PRADO JÚNIOR, Caio (1984): **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense.

Revista veja, São Paulo, v. I, 1992. disponível em: https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/. Acesso em 06 de abril de 2018.

SANT'ANA, R. et al**. Brasil: um pais marcado pelo jugo do capital. Os diferentes projetos em desenvolvimento e seus rebatimentos sobre a conjuntura atual**. In: SIQUEIRA, José F. da Silva et al. (Orgs). *Política social e serviço social. Brasil e Cuba em debate*. São Paulo: Veras Editora, 2016.

SILVA, L. M. O. (1990): **A Lei da Terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, apresentada na PUCSP.SILVA, M.O.da S. (Coord.) et al. O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez; Teresina: Gráfica da UFPI, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, YAZBEK, Maria Carmelita, GIOVANNI, Geraldo. **A Política Social Brasileira No Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n.58, p. 85-102, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S**. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUFFI, R. R. B**. O ministro dos planos de saúde**. Carta Capital, São Paulo, 5 set. 2016.

ZITKOSKI, J. J**. Paulo Freire e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.